

O SPAECE COMO MECANISMO DE REGULAÇÃO DA EDUCAÇÃO MUNICIPAL CEARENSE

Arlane Markely dos Santos Freire - SME/Crato/CE
arlanemarkely@yahoo.com.br

Andréia Ferreira da Silva – PPGEd/ UFCG
silvaandreia@uol.com.br

Introdução

No processo de adequação do setor da educação às orientações neoliberais, se destaca a instituição do Sistema de Avaliação da Educação Primária (Saep), no final dos anos 1980, pelo Ministério de Educação (MEC). Nos anos 1990, esse sistema passou a ser denominado de Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb). Em 2007, ocorreu a criação do Índice de Desenvolvimento da Educação (Ideb), que foi definido como o indicador objetivo da qualidade da educação no país.

Essas políticas emergem em um contexto de reconfiguração do papel do Estado, e constituem-se como mecanismos de controle e de regulação da educação e do trabalho docente. Tendo como referência o Saeb, estados e municípios passaram a criar seus próprios sistemas de avaliação e a fazer uso dos seus resultados e do Ideb para instituir políticas de bonificação de escolas e de seus profissionais.

No estado do Ceará, a instituição de um sistema próprio de avaliação externa ocorreu no ano de 1992 com a criação do Sistema Permanente de Avaliação da Educação Básica do Ceará (Spaece). Porém, é na década seguinte que os resultados desse Sistema passaram a ser utilizados como uma das principais medidas adotadas no estado que contribuíram para a instituição de uma política de *accountability* nas as redes estadual e municipais de ensino. De acordo com Afonso (2009), o conceito de *accountability* é constituído por três dimensões articuladas e articuláveis: avaliação externa, responsabilização e prestação de contas.

O texto analisa o processo de instituição do Spaece e as principais políticas de responsabilização, adotadas no estado do Ceará, que têm como referência o uso dos resultados do Spaece para a concessão de bonificações aos municípios e às escolas municipais. Por meio de tais políticas, o Spaece vem se constituindo como instrumento central de regulação das redes municipais de ensino no Ceará. O trabalho está dividido em três partes, a primeira consiste na presente introdução. A segunda parte analisa a trajetória de implantação do Spaece e as

principais medidas adotadas para utilização dos seus resultados. Por fim, as considerações finais.

O texto resulta de revisão bibliográfica e de análise de documentos legais e normativos que regulamentam as políticas de avaliação externa, de prestação de contas e de responsabilização da educação sob a responsabilidade do governo do Ceará. É parte de pesquisa de mestrado desenvolvida no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Campina Grande/PB que analisou a instituição de políticas de *accountability* em redes municipais do estado do Ceará, no período de 2007 a 2019.

A utilização dos resultados do Spaece como mecanismo de regulação das redes municipais de ensino cearenses

Quando o Spaece foi criado, em 1992, suas provas eram destinadas somente aos alunos das escolas da rede estadual e eram aplicadas bianualmente. No ano seguinte, 2001, foi concebido o SpaeceNet, associado ao Programa *Internet* na Escola (DANTAS, 2015). Trata-se de uma sistemática de avaliação que integrava as ações do Saeb e do Spaece e as provas eram respondidas via *internet*.

No ano de 2002, foi instituído, pela Lei n.º 13.203/2002, o Prêmio Educacional “Escola do Novo Milênio – Educação Básica de Qualidade no Ceará”, que associou os resultados do Spaece à premiação dos servidores das escolas da rede estadual. Para poder concorrer ao Prêmio, a escola deveria aderir ao “Projeto de Melhoria da Escola”. Tal prêmio foi concedido apenas no ano de 2002. Segundo Valdevino (2018), “por meio da premiação, o Estado passa a exercer um controle sobre as escolas, induzindo seus projetos internos à lógica de um projeto elaborado pela Seduc” (p. 66).

Em 2003, a aplicação das provas do Spaece contemplou escolas estaduais situadas em todos os municípios do estado e, em 2004, as escolas integrantes das redes municipais de ensino passaram a fazer parte do sistema (DANTAS, 2015).

Em 2007, o Saeb foi reformulado e a aplicação de suas provas passou a ser anual. As avaliações que compõem o sistema são realizadas por meio de testes de desempenho dos estudantes nas disciplinas de Língua Portuguesa e Matemática e a aplicação de questionários contextuais para coleta de dados sobre as escolas e alunos. Avalia os alunos da educação básica, da etapa da alfabetização, por meio do Spaece-Alfa que se destina aos alunos do 2º ano do ensino fundamental, até o ensino médio. Para cada série, são utilizados padrões de desempenho diferentes e relacionados ao valor da proficiência que se divide em níveis (CAED, 2020).

Desde 2008, a Secretária de Educação do Ceará (Seduc) contrata o Centro de Políticas Públicas e Avaliação da Educação da Universidade Federal de Juiz de Fora (CAEd/UFJF) para a realização de todas as etapas do Spaece.

A partir de 2007, o estado do Ceará implantou e consolidou uma política educacional baseada na gestão por resultados e na adoção de medidas de *accountability*, que contemplou, também, as escolas das redes municipais de ensino. O Spaece, como um sistema de avaliação do rendimento dos estudantes, integra o tripé das políticas de *accountability* no estado do Ceará, em que seus resultados são utilizados como referência para as políticas de responsabilização e de prestação de contas adotadas no estado. Segundo Valdevino (2018), desde então, “os resultados do sistema de avaliação externa passaram a ser utilizados com alto impacto, ou seja, como parâmetro para premiação e punição de escolas e municípios” (p. 27).

Entre as medidas adotadas pelo governo do estado do Ceará que utilizam os resultados do Spaece como mecanismo de regulação a educação municipal destacam-se a Lei da distribuição do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) no estado e o Prêmio Escola Nota Dez.

A Lei nº 14.023/ 2007, estabeleceu mudanças quanto aos critérios de repasses da cota parte do ICMS de responsabilidade estadual, determinando que dos 25%, da cota parte dos municípios, 18% estão vinculados aos resultados da educação básica no Spaece. Desse modo, desde então, àqueles que alcançam melhores resultados recebem maior repasse da cota-parte do ICMS.

O Prêmio Escola Nota Dez, criado no ano de 2009, objetiva incentivar as escolas e seus profissionais a elevarem as notas no Spaece por meio da concessão de bonificação. Consiste em uma política estadual que distribui recursos diretos para as escolas públicas municipais. A finalidade é favorecer a competitividade entre as escolas para que alcancem os melhores resultados e os seus municípios ascendam na escala do ranqueamento. Segundo Correa (2018) diante da pressão das secretarias municipais de educação, os professores passam dar mais ênfase ao desenvolvimento das atividades voltadas às avaliações externas.

Considerações finais

Numa perspectiva gerencialista, o estado do Ceará tem utilizado instrumentos de responsabilização como formas de regulação da educação básica estadual, mas, também, municipal. O desempenho dos alunos nas avaliações do Spaece tornou-se central para as redes municipais, pois estes geram implicações financeiras, materiais e imateriais para suas escolas.

A articulação entre mecanismos de avaliação externa, prestação de contas e responsabilização na educação cearense tem condicionado as secretarias municipais de educação e os docentes para o cumprimento das metas e critérios definidos pelo governo do estado, desconsiderando as condições e as necessidades das redes e escolas municipais. Tal política tem contribuído para a disseminação do gerencialismo e da lógica da gestão por resultados em todos os municípios do estado. Tal situação põe em debate o pagamento da bonificação como mecanismo de padronização e redução da autonomia docente.

Referências

AFONSO, A. J. Nem tudo o que conta em educação é mensurável ou comparável. Crítica à *accountability* baseada em testes estandardizados e *rankings* escolares. **Revista Lusófona de Educação**, v. 13, n. 13, jul. 2009.

CENTRO DE POLÍTICAS PÚBLICAS E AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO (CAEd). **SPAECE - o sistema**. 2020.

CORREA, E. V. **Accountability na educação: Impactos do Prêmio Escola Nota Dez no sistema público de ensino do Ceará**. 2018. Tese (Doutorado em Educação) - Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2018

DANTAS, L. M. **Avaliação externa e prática docente: o caso do Sistema Permanente de Avaliação da Educação Básica do Ceará (SPAECE) em uma escola em Maracanaú-CE**. 2015. Dissertação (Mestrado em Educação Brasileira) - Faculdade de Educação, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2015.

VALDEVINO, F. G. **Políticas de Accountability como estratégia para a consolidação do gerencialismo na educação pública cearense (2007-2014)**. 2018. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Campina Grande, Campina Grande - PB, 2018.